

Conselho Geral

CONVOCATÓRIA N.º 16

[quadriénio 2009-2013]

Convoco os membros do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes para reunião a realizar no dia 18 de Janeiro de 2011, pelas 19,00 horas, na S.T.P., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- I. Informações.
- II. Reunião com a “Another Step”, no âmbito do cumprimento da alínea I) do artigo 13º do Decreto-lei 75/2008, de 22 de Abril (“Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação”).
- III. Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento.
- IV. Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução no domínio da acção social escolar.
- V. Outros assuntos.

Abrantes, em 11 de Janeiro de 2011.

A Presidente do Conselho Geral



(Joaquina Rosa Conde Batista Martins Vedor)

Reunião do Conselho Geral

Ano Lectivo 2010 / 2011

Acta n.º 16

[Quadriénio 2009-2013]

4

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de dois mil e onze, pelas dezanove horas, sob a
8 presidência da professora Joaquina Vedor, reuniram os membros do Conselho Geral do
Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes, na escola sede, sita na Rua General
Humberto Delgado, na cidade de Abrantes, na Sala de Trabalho dos Professores
[S.T.P.], conforme convocatória datada de onze de Janeiro de dois mil e onze. -----

12

Verificada a lista de presenças e tendo em conta o número de membros efectivos que
compõem este órgão, constatou-se que o Conselho Geral estava em condições de reunir
e deliberar validamente sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

I-Informações;-----

16

II-Reunião com a “Another Step”, no âmbito do cumprimento da alínea l) do artigo 13º
do Decreto-lei 75/2008, de 22 de Abril (“Apreciar os resultados do processo de auto-
avaliação”);-----

III-Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento.;-----

20

IV-Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução no domínio da acção
social escolar;-----

V-Outros assuntos.-----

Esteve presente o Director do Agrupamento, professor Alcino Hermínio.-----

24

Leu-se e analisou-se a acta número quinze, datada de quatro de Janeiro de dois mil e
onze, remetida a todos os membros, em formato digital, aquando da convocação da
presente reunião. -----

Os membros presentes deliberaram aprovar a acta supra citada, tendo sido o resultado
28 da votação o seguinte: zero votos contra, duas abstenções e nove votos a favor. Os
membros que se abstiveram foram Aida Pereira e Celeste Simão e os que votaram a
favor foram: Alda Alves, Carla Rodrigues, Élia Batista, Francisco Velez, Joaquina
Vedor, José Vítor Luís, Maria Dulce Leitão, Maria Irene Almeida e Paula Mariano.-----

32

PONTO UM-----

A presidente referiu-se ao facto de ter remetido por mail o relatório da avaliação externa
elaborado pela I.G.E. e que o Agrupamento se encontra agora dentro do prazo para

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MANUEL FERNANDES

36 apresentar o contraditório. Dado que o referido relatório ainda não é definitivo, apelou aos presentes para evitarem a sua divulgação.-----

Tomaram o lugar na reunião os conselheiros Antónia Torres, Hália Santos e José Duarte.-----

40 Tomaram o lugar na reunião os conselheiros António Onofre e Maria de Lurdes Martins-----

PONTO DOIS -----

44 Cerca das dezanove horas e vinte minutos entraram na reunião os Drs. Hugo Caldeira e Miguel Domingos da empresa Another Step. A presidente começou por agradecer a presença e apresentou as razões que justificaram o pedido do Conselho Geral. Passou de seguida a colocar algumas questões, nomeadamente se o contacto entre o Agrupamento e a empresa tinha sido através de concurso público ou de convite, ao que foi respondido que foi no âmbito de um conjunto de seminários que a empresa fez com escolas para 48 divulgar as suas actividades, em 2008-2009, tendo-se iniciado o contrato com este Agrupamento em Outubro de 2009. Quanto à dúvida se cada escola tem ou não autonomia para definir as questões a incluir nos inquéritos, os responsáveis responderam que, embora este modelo de auto-avaliação se estruture de acordo com o 52 Modelo C.A.F., o que implica a inclusão dos domínios obrigatórios, cada escola pode optar por escolher as questões que melhor correspondam à sua realidade, situação que se verificou no caso deste agrupamento. -----

56 A presidente questionou ainda os representantes da empresa quanto à inclusão, nos inquéritos, de questões sobre o Projecto Educativo, ao que foi respondido que foi considerada a existência de um P.E. implícito. A este propósito vários conselheiros se manifestaram considerando que, não existindo um documento escrito que tenha sido aprovado pelo órgão competente e que tenha servido de base para todos os outros 60 documentos estruturantes do Agrupamento (Projecto Curricular, Plano Anual de Actividades, Projectos Curriculares de Turma, ...), não há qualquer fundamento para se considerar que existe um Projecto Educativo. -----

64 Tomou o seu lugar na reunião o conselheiro Cónego José da Graça.-----
Questionados sobre as condições necessárias para a implementação de um processo de auto-avaliação, os responsáveis da empresa referiram que este terá sempre de partir de uma fase de sensibilização (que neste caso decorreu em Abril de 2010) e de diagnóstico.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MANUEL FERNANDES

Os responsáveis reafirmaram que esta empresa presta apenas funções de consultoria e
68 que, por isso, não pode impor à escola a metodologia a adoptar, até porque cada escola
tem a sua própria dinâmica, que deve ser respeitada. É à equipa de auto-avaliação e à
d direcção do agrupamento que compete definir a metodologia de implementação do
processo de auto-avaliação. No que a este agrupamento se refere, o contributo que a
72 empresa tem dado é no sentido de alertar para a necessidade de uma política de
comunicação eficaz, que garanta o envolvimento de todos os elementos da comunidade
escolar, num processo que se pretende que seja o mais alargado possível. -----

Face à existência de alguns erros no tratamento estatístico dos dados apresentados, a
76 empresa reconheceu as falhas e declarou que esses aspectos vão ser corrigidos. -----
Foram ainda questionados sobre a baixa taxa de adesão do pessoal docente da escola
sede, ao que responderam que, da experiência que têm junto de mais de noventa escolas
em todo o país, esta situação é habitual, defendendo mais uma vez que a gestão da
80 comunicação é fundamental para garantir o envolvimento de um maior número de
docentes. -----

Outros conselheiros questionaram sobre a extensão dos questionários que, em muitos
casos, poderá ter contribuído para a desmotivação dos respondentes. A empresa
84 declarou que considera que o número ideal de questões é de entre 40 e 60 para adultos e
de 30 para alunos. Porém, mais uma vez reafirmaram que a decisão final foi
exclusivamente da equipa de auto-avaliação. Sobre esta equipa foi questionada a sua
composição, ao que foi respondido que ela resultou exclusivamente de decisão do
88 agrupamento; contudo, a empresa sugere que nela tenham assento representantes de
todos os elementos da comunidade, incluindo o director. A este propósito, e
considerando que os representantes dos pais e encarregados de educação não
participaram nesta primeira fase do processo de auto-avaliação, a conselheira Antónia
92 Ferreira propôs que essa situação fosse corrigida. Ainda quanto a esta questão, o
Director afirmou que, por opção sua, e porque considera que a equipa deve ter toda a
autonomia para tomar as decisões inerentes a este processo, decidiu não participar nas
reuniões nem nas deliberações desta equipa, garantindo, naturalmente, todo o apoio de
96 que esta necessitar. -----

O conselheiro Francisco Velez questionou sobre para quando se prevê a aplicação das
acções de melhoria, ao que o Director respondeu que, na reunião que tinha existido

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MANUEL FERNANDES

imediatamente antes desta, entre ele próprio, a coordenadora da equipa de auto-avaliação e os representantes da empresa, se concluiu que, uma vez que o agrupamento agora dispõe não só do relatório de avaliação interna como também do de avaliação externa, há que articular as conclusões dos dois relatórios para que as acções de melhoria reflectam, de facto, a situação do agrupamento e sejam dirigidas aos reais problemas detectados. Assim, foi decidido alterar ligeiramente o cronograma inicial e propor aos departamentos a análise dos dois relatórios em conjunto com vista a elaborar uma análise SWOT (com a identificação dos pontos fracos, dos pontos fortes, das ameaças e das oportunidades) para, a partir daí, se definirem as pistas concretas para a elaboração do P.E. e para as acções de melhoria, a lançar no início do próximo ano lectivo. Os representantes da empresa manifestaram a sua concordância com esta estratégia, pois consideram que ela garante, com uma boa gestão da comunicação e mais envolvimento de toda a comunidade, uma maior eficácia na superação dos pontos fracos detectados quer na avaliação interna quer na externa. -----

Antes de terminar esta fase de esclarecimentos com os representantes da empresa Another Step, estes quiseram manifestar o seu agradecimento e a disponibilidade manifestada por todos os intervenientes neste processo, afirmando que sempre tinham sido tratados com a maior correcção por todos e que tinham encontrado dedicação e uma real vontade de contribuir para a melhoria do Agrupamento . -----

Terminada esta fase, e retirando-se os representantes da empresa Another Step da reunião, os conselheiros iniciaram um breve diálogo sobre as informações recolhidas relativas ao processo de auto-avaliação desenvolvido até agora, tendo, por consenso, concluído o seguinte:-----

1 – Para garantir um maior envolvimento de todos os sectores da comunidade educativa nas próximas fases do processo de avaliação interna do Agrupamento, propor a inclusão de um representante dos pais e encarregados de educação na equipa de auto-avaliação; -

2 – Face à proposta de organização do próximo ano lectivo divulgada, prevê-se uma redução substancial do número de horas disponíveis para o pessoal docente desempenhar as funções inerentes ao processo de avaliação interna, o que dificulta a sua concretização, embora constitua um imperativo legal para os agrupamentos de escola;---

3 – Embora constitua um encargo financeiro muito elevado para o Agrupamento (e que

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MANUEL FERNANDES

132 poderá não ser financeiramente comportável num futuro próximo), tendo em conta a
disponibilidade manifestada pela empresa em corrigir as falhas detectadas e ainda a
possibilidade de rentabilizar a experiência que ela tem neste tipo de actividades, há
condições para dar continuidade a esta relação contratual entre o Agrupamento e a
empresa de consultoria Another Step.-----

PONTOS TRÊS E QUATRO-----

136 Os pontos três e quatro da ordem de trabalhos foram abordados em simultâneo. -----
Presente Relatório Provisório da Conta de Gerência de 2010 apresentado pelo Director
que, se seguida, respondeu a algumas questões colocadas pelos presentes. -----
A conselheira Élia Batista apresentou, como sugestão para reduzir custos, uma
140 campanha junto de alunos, professores e funcionários com vista a adoptar atitudes que
levem à poupança de electricidade; a conselheira Maria Irene Almeida referiu que o
pessoal docente já está a utilizar cada vez mais intensamente a plataforma Moodle como
meio de comunicação privilegiado com alunos e com outros docentes, o que contribui
144 claramente para a redução das fotocópias e o Director realçou que está em estudo a
implementação de um sistema informático que visa atingir a desmaterialização da
correspondência o que, no seu entender, também contribuirá para reduzir o custo de
fotocópias. -----

148 Face aos valores relativos ao ano de 2010 apresentados, ao impacto que as obras na
escola sede poderão vir a ter (sendo neste momento impossível quantificar, por
exemplo, os custos com a electricidade consumida com o sistema de ar condicionado
dos monoblocos) e ainda aos cortes previsíveis que atingirão o orçamento do ano
152 económico de 2011, a Presidente propôs como linhas orientadoras para a elaboração das
propostas do orçamento e para o planeamento e execução no domínio da acção social
escolar, a elaborar pelo Conselho Administrativo, a ponderação dos factores referidos
anteriormente e o cumprimento dos princípios da legalidade, da justiça, da
156 imparcialidade, da responsabilidade, da transparência e da boa fé. -----

DELIBERAÇÃO - Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO-----

A conselheira Alda Alves reforçou um alerta já feito em reuniões anteriores: dado que o
160 Jardim de Infância de Abrançalha de Baixo continua a não dispor de Internet, muito do
trabalho pedagógico e administrativo aí desenvolvido está francamente dificultado. ---

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. MANUEL FERNANDES

Foram ainda pedidos alguns esclarecimentos sobre a situação das empresas do refeitório e de limpeza. A este propósito o Director informou que, depois de inúmeros contactos
164 com a Equipa de Apoio às Escolas e com a Directora Regional Adjunta foi possível entrar em contacto com os responsáveis destas empresas e as situações referidas na reunião anterior estão a começar a ficar desbloqueadas. -----

A propósito do documento-base para a elaboração do Projecto Educativo, distribuído
168 previamente à Sra. Presidente e disponibilizado depois a todos os conselheiros por via digital, o Director solicitou o envolvimento de todos os conselheiros junto dos corpos/instituições que representam para que o Projecto Educativo a elaborar resulte, efectivamente, do contributo de toda a comunidade sobre o que se espera do
172 Agrupamento e do que cada grupo está disposto a dar-lhe, numa lógica de efectivo compromisso de todos para o sucesso dos alunos. -----

Presentes documentos de justificação de faltas à última reunião, datada de 4 de Janeiro de 2011, das conselheiras Aida Pereira, Celeste Simão e Marta Martins.-----

176 DELIBERAÇÃO –O conselho deliberou justificar todas as faltas.-----

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Geral: Aida Pereira, Alda Alves, Antónia Ferreira, António Onofre, Carla Rodrigues, Cónego José da Graça, Élia Batista, Francisco Gaspar, Hália Santos, Joaquina Vedor, José Duarte, José Vítor Luís,
180 Maria de Lurdes Martins, Maria Dulce Leitão, Maria Irene Almeida e Paula Mariano.---

Estiveram ausentes os seguintes membros do Conselho Geral: Aníbal Melo, Maria Helena Leonardo, Sandra André e Marta Martins.-----

Por não haver mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, pelas vinte e uma
184 horas e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta constituída por sete páginas que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Maria Irene Almeida, que a secretariei. -----

188

A Presidente:

192 A Secretária: